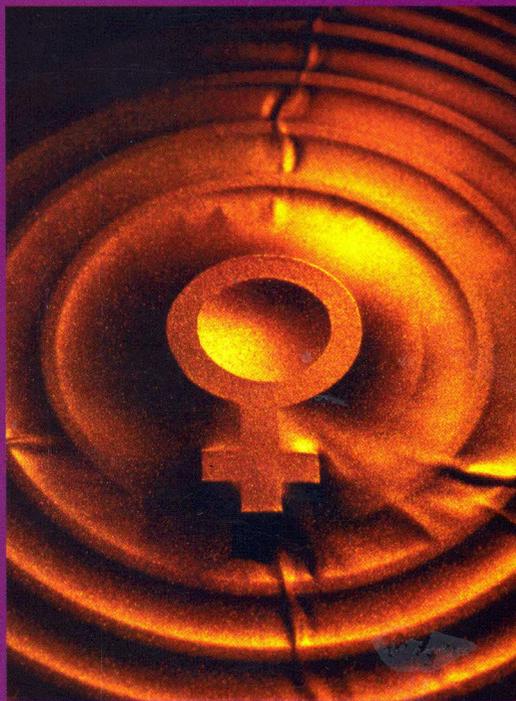


Gênero, patriarcado, violência




EDITORA FUNDAÇÃO
PERSEU ABRAMO

Heleieth I. B. Saffioti

BRASIL URGENTE

Heleieth I. B. Saffioti

Gênero, patriarcado, violência

2ª reimpressão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani.

Gênero, patriarcado, violência / Heleieth Iara Bongiovani
Saffioti. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil
Urgente)

Bibliografia
ISBN 85-7643-002-9

1. Patriarcado – História 2. Violência contra mulheres I. Título.

II. Série.

0 4 - 1 2 9 9 C D D - 3 0 3 . 6 0 8 2

Índices para catálogo sistemático:

1. Patriarcado e violência contra mulheres : Sociologia 303.6082
2. Violência contra mulheres e patriarcado : Sociologia 303.6082



Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Nilmário Miranda
Vice-presidente: Elói Pietá
Diretores: Selma Rocha
Flávio Jorge
Iole Iliada
Paulo Fiorilo

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Rogério Chaves

Assistente Editorial

Raquel M. Costa

Revisão

Maurício Balthazar Leal

Capa e projeto gráfico

Gilberto Maringoni

Editoração Eletrônica

Enrique Pablo Grande

Foto da capa

Photodisc

Impressão

Graphium Editora

Este livro obedece às regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

1ª edição: março de 2004

1ª reimpressão: abril de 2007

2ª reimpressão: fevereiro de 2011

Todos os direitos reservados à
Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 224

04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910

Correio eletrônico: editoravendas@fpabramo.org.br

www.fpa.org.br

www.efpa.com.br

Copyright © 2004 by Heleieth Iara Bongiovani Saffioti
ISBN 85-7643-002-9

À Dra. Marisa Moura Verdade,
que me ensinou a trilhar novos caminhos

*Tenho para minha vida
A busca como medida
O encontro como chegada
E como ponto de partida.
(Sergio Ricardo)*

Heleieth I. B. Saffioti

Bacharel e licenciada, no curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo (USP) – 1960.

Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito, da Universidade de Araraquara, 1983.

Professora assistente de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista (Unesp), 1962-1967.

Professora titular de Sociologia, da mesma instituição, 1967-1982, quando se aposentou.

Doutora e livre docente, na mesma instituição, em 1967.

Professora de Sociologia, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), desde 1989.

Pesquisadora, em Sociologia, na USP, 1988-1992.

Pesquisadora, em Sociologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na qual fundou um núcleo de estudos de gênero, raça/etnia, classes sociais (Gecem), orientou dois mestrados e lecionou no curso de mestrado por um semestre (por solicitação da entidade, na medida em que, na condição de pesquisadora, não tinha funções docentes), 1988-1997.

Atividades docentes e de pesquisadora na Unesp e na PUC.

Publicações:

- Livros: 10, um dos quais publicado também nos Estados Unidos.
- Artigos em revistas científicas: 79, alguns dos quais publicados também nos Estados Unidos, em países europeus e em outros países latino-americanos;
- Capítulos de livros: 37, alguns dos quais publicados também nos Estados Unidos, em países europeus e em outros países latino-americanos;
- Outras publicações: 12.

Orientação de dissertações e de teses:

- Dissertações de mestrado: 11
- Teses de doutorado: 28

Conferências: 207

Participações em congressos nacionais e internacionais: 144

Prêmios:

- Cadeira-Prêmio no Instituto de Educação “Caetano de Campos”, em 1954;
- Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz, Senado da República, 2002 (lei de 2002);
- Prêmio Florestan Fernandes (um dos seis sociólogos que mais contribuíram para o desenvolvimento da Sociologia no Brasil, concedido pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), na abertura do XI Congresso da SBS, em 01/09/2003 (prêmio instituído em 2003).

Faleceu em 13 de dezembro de 2010, aos 76 anos.

Sumário

Introdução	9
A realidade nua e crua	11
O conceito de violência	17
O tabu do incesto	20
Gênero, raça/etnia, poder	29
Descobertas da área das perfumarias	39
A mulher brasileira nos espaços público e privado	43
O conceito de gênero	44
Violência contra as mulheres	47
O conceito de patriarcado	53
Lesão Corporal Dolosa	62

<u>Para além da violência urbana</u>	69
O significado da violência	74
Pontos de referência	79
Violência doméstica	85
Delegacias de defesa da mulher	89
<u>“Não há revolução sem teoria”</u>	95
A máquina do patriarcado	100
As origens do conceito de gênero	107
Gênero e poder	113
Gênero e patriarcado	118
Gênero e ideologia	123
Interpretação patriarcal do patriarcado	127
Gênero x patriarcado	132
<u>Referências bibliográficas</u>	141

Introdução

Este livro, incidindo, grosso modo, sobre violência contra mulheres, destina-se a todos(as) aqueles(as) que desejam conhecer fenômenos sociais relativamente ocultos – ou por que há que se preservar a família, por pior que ela seja, na medida em que esta instituição social está envolta pelo sagrado, ou porque se tem vergonha de expô-los. Com efeito, um marido que espanca sua mulher, em geral, é poupado em vários dos ambientes por ele frequentados, em virtude de este fato não ser de conhecimento público. Também interessa a vítimas e agressores, já que podem, certamente, identificar, em sua relação violenta, algumas de suas raízes, encorajando-se a buscar ajuda. Os que ignoram o fenômeno, por terem tido sorte de nem sequer haver presenciado as modalidades de violência aqui tratadas, podem desejar ampliar sua cultura. Há uma outra categoria de leitores, interessados por análises teóricas desta violência, pondo em especial relevo conceitos como o de *gênero* e o de *patriarcado*, que, seguramente,

se interessarão por ler este livro. Trata-se de iniciados(as) insatisfeitos(as) com o que aprenderam, tendo agora a seu dispor mais um texto seja para criticá-lo, seja para a ele aderir, seja, ainda, para incorporar algumas ideias e rejeitar outras.

A limitação do número de páginas constitui um sério problema para uma socióloga notoriamente prolixa. O volume de dados coligidos pela Fundação Perseu Abramo com a pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, realizada por seu Núcleo de Opinião Pública (NOP), e que foi utilizada neste trabalho, ultrapassa, de longe, as pretensões de análise de uma cientista social, que talvez pudesse usá-los em dois livros ou mais. Jamais em um único. Leitores em busca de dados sentir-se-ão frustrados, imagina-se¹. A autora tem o álibi de que o ser humano não é perfeito, sobretudo ela própria. Será o caso de pedir desculpas ao leitor? Não se pensa desta forma, pois é muito mais fácil divulgar dados que construir referenciais teóricos para analisá-los. Obviamente, se nutre a perspectiva de agradar. Se, todavia, isto não ocorrer, como toda obra é datada e todos os membros da sociedade estão sujeitos a mudança, poderá surgir uma outra, menos subversiva que esta, em termos de conceitos reformulados e da própria concepção da História. Se o marxismo clássico atribuía importância excessiva ao macropoder e se os autores que chamaram a atenção para a relevância do micropoder não apresentaram um projeto de transformação da sociedade na direção da democracia integral, este livro propõe-se combinar macro e microprocessos, a fim de avançar na obtenção deste objetivo.

O feminismo aqui esposado traz, em seu bojo, um potencial crítico bastante capaz de apontar caminhos, trilhas, picadas para se atingir o alvo expresso e desejado, ou seja, a democracia plena. Entretanto, isto não basta; é preciso saber utilizá-lo, selecionando as melhores estratégias em cada momento, o que cabe ao leitor julgar e realizar. Esta avaliação, certamente, abrirá à autora as portas que ela não logrou abrir sozinha.

¹ Os dados detalhados da pesquisa podem ser obtidos em www.fpa.org.br/nop.

1. A realidade nua e crua



Sempre que se faz uma pesquisa com a finalidade de se verificar quais são as maiores preocupações dos brasileiros, aparecem, infalivelmente, o desemprego e a violência. Já não se trata de preocupações tão somente dos habitantes dos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, isolados até há alguns anos, mas de praticamente todas as capitais de estados e do Distrito Federal. Pior que isto, estes dois flagelos tomaram conta das cidades de porte médio e até de pequenos municípios. O crime organizado, expressão máxima da violência, era restrito ao Rio de Janeiro. Há aproximadamente duas décadas, São Paulo passou a rivalizar com o Rio de Janeiro, nesta terrível atividade. Hoje, este fenômeno está generalizado.

De um lado, o crime organizado vive nababesca e tranquilamente nas entranhas do Estado, quer federal, estaduais ou municipais. Este fenômeno lesa o povo brasileiro, já tão sacrificado pelo decréscimo real, e até mesmo nominal, de seus rendimen-

tos, em virtude de demissões de funcionários, sucedidos por novos, recebendo salários mais baixos. Tal fato do *turn over* ou rotatividade da força de trabalho, antes provocado pelos empregados, em busca de empresas dispostas a remunerá-los com certa generosidade, introduzindo fatores de humanização no ambiente de trabalho, hoje se produz em consequência da necessidade de menor dispêndio com salários de trabalhadores, a fim de aprofundar o processo de exploração-dominância e, desta maneira, tornar mais rentáveis seus empreendimentos.

Tomando-se apenas o ano de 2003, aqueles que vivem de salários sofreram uma perda real de cerca de 15% em seus rendimentos, ou seja, em seu poder aquisitivo. Este fato, num contexto de altas taxas de desemprego, que ultrapassa 20% da PEA (População Economicamente Ativa) do município de São Paulo, outrora a Meca dos habitantes de outras regiões, assume proporções insustentáveis. Se, de um lado, a taxa de desemprego é alta, de outro, um número decrescente de trabalhadores, com poder aquisitivo em queda, deve produzir o suficiente para sustentar aqueles que nem sequer no setor informal de trabalho conseguiram inserir-se. A rede familiar de solidariedade desempenha importante papel, evitando que cresçam, numa medida ainda mais cruel, os contingentes humanos sem teto, sem emprego, sem rendimento, isto é, em franco processo de desfiliação (CASTEL, 1995).

Grosso modo e ligeiramente, a desfiliação consiste numa série de fatos sucessivos: desemprego, impossibilidade de pagar o aluguel, perda da moradia e, portanto, do endereço, perda dos colegas e dos amigos, esfacelamento da família, cortes crescentes dos laços sociais, cortes estes responsáveis pelo isolamento do cidadão. Enfim, de perda em perda, o desfiliado encontra-se no não-lugar, talvez no vazio mais doloroso para um ser humano, que, como já dizia Aristóteles no IV século a.C., é um ser político².

² Palavra derivada de *pólis*, isto é, cidade em grego. A mais correta tradução de *pólis*, no contexto em que escreveu o filósofo, é gregarismo.

No Brasil, contingentes humanos nestas circunstâncias foram denominados *inempregáveis* pelo presidente sociólogo. Este ignominioso apelido revela uma faceta da pedra angular do liberalismo ou neoliberalismo. Quando o trabalhador experimentou o desemprego de longa duração, tendo buscado, às vezes durante anos, nova colocação e, em vez dela, encontrado o isolamento, a solidão, o não-lugar, a responsabilidade deste fracasso é-lhe imputada pelo governante de plantão, que soube ser submisso, sobretudo ao Império, mas não soube transformar a posição de seu próprio país numa inserção soberana no cenário internacional, tarefa que o presidente metalúrgico realizou, em grande parte e com extraordinária habilidade diplomática, em apenas um ano de governo.

É público e notório que este processo é cotidiano e infinito, pensando-se o poder não como um objeto do qual se possa realizar uma definitiva apropriação, mas como algo que flui, que circula nas e pelas relações sociais (FOUCAULT³, 1981). Esta instabilidade do poder, ou melhor, esta rotatividade dos poderosos não ocorre apenas na micropolítica, mas também na macropolítica. A malha fina e a malha grossa não são instâncias isoladas, interpenetrando-se mutuamente, uma se nutrendo da outra. Não há um plano ou nível micro e um plano ou nível macro, linguagem utilizada por certos autores (GUATTARI, 1981; GUATTARI e ROLNIK, 1986; FOUCAULT, 1981; 1997), não obstante a relevância de sua contribuição teórica.

³ "O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. [...] O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. [...] Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através [sic] do indivíduo que ele constituiu" (1981, p. 183-4).

Trata-se de microprocessos, assim como de macroprocessos, operando nas malhas fina e grossa, “uma sendo o avesso da outra, não níveis distintos” (SAFFIOTI, 1999, p. 86).

Como o poder vincula-se, com frequência e estreitamente, a riquezas, talvez seja interessante fazer uma breve incursão pelo terreno econômico. Vive-se uma fase ímpar de hegemonia do capital financeiro, parasitário, porque nada cria. Esta é, certamente, a maior e mais importante fonte da instabilidade social no mundo globalizado. A concentração mundial de riquezas atingiu tão alto grau, que gerou um perigo político a temer-se. Fruto de fusões de empresas e outros mecanismos que também corroboram na realização de uma determinação inerente ao capitalismo: a acumulação de bens em poucas mãos e a farta distribuição da miséria para muitos, nestas abissais desigualdades morando o inimigo, ou seja, a contradição fundante deste modo de produção, ao qual são inerentes a injustiça e a iniquidade. Sem a concretização desta verdadeira lei, acumulação e miséria, o capitalismo não se sustentaria, ou melhor, nem seria capitalismo. Exatamente em virtude disto, o capitalismo está sujeito a crises de prosperidade e de recessão, chegando à depressão, cujo exemplo máximo, até o momento, foi a crise de 1929. O famoso *crash* da Bolsa de Nova Iorque transformou em pobres contingentes humanos riquíssimos, do dia para a noite, repercutindo este desastre em todas as áreas da produção e, por conseguinte, desorganizando a economia norte-americana e outras dela dependentes. O poder descreveu trajetória semelhante. Hoje, tem-se uma economia-mundo, com a produção de mercadorias, envolvendo, inclusive em termos de espaço geográfico, vários países. Vale dizer que, atualmente, o mundo está organizado em redes de informação, de produção, de troca etc., exceto qualquer rede de solidariedade a não ser esporádica e eventual, disto derivando, em caso de um *crash* de qualquer Bolsa importante, um verdadeiro desastre em termos globais. Com o predomínio quase absoluto do capital financeiro, no momento presente, não se está imune a um novo *crash*, capaz de levar de roldão países

ditos de primeiro mundo, assim como os agora denominados emergentes, para não falar nos pobres, cuja miséria se aprofundaria. Disto talvez decorresse uma nova organização mundial, incluindo-se mudanças do lugar ocupado por cada nação no cenário internacional.

Nas décadas de 1950-1960, o Brasil, como também outras nações no mesmo estágio de desenvolvimento, recebiam o nome de subdesenvolvidas. Na década de 1970, passaram a chamar-se países em via de desenvolvimento e, a partir dos anos 1980, tornaram-se emergentes. Os nomes têm sofrido variações, mas a distância econômico-social entre o núcleo orgânico, a semiperiferia e a periferia ou continua a mesma ou aumenta (ARRIGHI, 1997). *Mutatis mutandis*, embora a globalização tenha gerado novos processos e produtos, que não podem ser ignorados, a lógica da dominação-exploração entre países e entre classes sociais, nos limites de cada nação, continua a mesma. Todavia, não se fala mais em imperialismo. Este termo só é utilizado pelos alcunhados, com desprezo, de dinossauros. Mas, como diriam os franceses: *Plus ça change, plus c'est la même chose*, isto é, quanto mais muda mais é a mesma coisa.

As chamadas drogas pesadas, sem dúvida, desempenham importante papel no crescimento da violência conhecida como violência urbana, no Brasil. Cidades de porte médio, e também maiores e menores que estas, nas quais qualquer crime seria de clamor público, dada sua raridade, competem com os grandes centros urbanos em matéria de violência. Ribeirão Preto (SP) ilustra muito bem esta situação: de cidade pacata, tornou-se extremamente violenta, tendo o crime organizado do narcotráfico invadido o meio rural. Rota dos aviões que transportam drogas especialmente da Colômbia e da Bolívia, mas também do Peru, os fardos de drogas são atirados nos canaviais. Trabalhadores rurais de baixíssimos salários recolhem tais fardos para distribuição. Como os adultos precisam trabalhar na cana, as crianças são transformadas em “aviões”. Obviamente, não apenas suprem a demanda urbana por este produto, como

também passam a consumi-la. Assim, o trabalhador do campo tem sua vida cotidiana invadida por uma atividade mercantil fora da lei e por um vício, ambos destruidores de seus valores culturais, desorganizando, desta sorte, até suas famílias. Que não se pense que tais trabalhadores são camponeses. Quem trabalha na cana tornou-se, há muito tempo e necessariamente, assalariado. Pior que isto, o que lhe sobrou foi ser um assalariado sazonal. Nos meses do corte da cana, os trabalhadores locais são insuficientes para atender à demanda de força de trabalho, chegando estas plantações a absorver trabalhadores do Vale do Jequitinhonha mineiro, que para lá migram todos os anos, deixando as mulheres para cuidar do roçado, isto é, da pequena gleba na qual se plantam alimentos. Estes movimentos migratórios ocorrem todos os anos. Nem todos os trabalhadores, entretanto, voltam para o Vale, a fim de se juntar aos demais membros de suas famílias. Muitos permanecem na periferia da cidade, constituem novas famílias, trabalham regularmente no período do corte da cana, vivendo de pequenos “bicos” durante o restante do ano. Na ausência de pesquisa, não se sabe quantos deles continuam traficando drogas e/ou adquiriram o hábito de consumi-las. As fronteiras, já muito tênues, entre o urbano e o rural deixaram de existir. A comercialização das drogas também se globalizou, disseminando-se por todo o território nacional. Mais do que isto, tomou conta do planeta. E, comprovadamente, ela produz alterações do estado de consciência, capazes de comprometer, de modo negativo, o código de ética dos que se dedicavam apenas ao trabalho lícito como ganha-pão.

A isto se deve acrescentar as drogas lícitas, como álcool e tabaco. Há uma inegável permissividade social com relação ao uso destes produtos. Há, mesmo, incentivo a que os jovens os consumam, já que sua publicidade sempre os associa a força, coragem, charme. Só muito recentemente, a sociedade brasileira tomou consciência da gravidade do consumo de massa, que atinge faixas etárias cada vez mais baixas, dos produtos em pauta, tendo começado a alertar a população para as enfer-

midades que seu consumo provoca. Caberia chamar a atenção dos brasileiros também para a alteração do estado de consciência, no sentido de que o uso constante do álcool, por exemplo, não somente pode provocar acidentes de trânsito como, igualmente, violência contra outrem.

Os estudiosos da violência urbana não encontram correlação positiva entre desemprego e violência. Se, porventura, já a encontraram no contexto de altas taxas de desemprego de longa duração, não se tem conhecimento disto. Para os estudiosos da violência de gênero, da violência contra mulheres, da violência doméstica e da violência intrafamiliar, esta associação é clara, havendo relatos de funcionárias de albergues para mulheres vítimas de violência e seus filhos que demonstram, com números, tal correlação.

O conceito de violência

Antes de dar prosseguimento à análise, cabe discutir o conceito de violência. Os habitantes do Brasil, e até estrangeiros que aqui vêm fazer turismo, saberiam muito bem definir violência, pois ou foram diretamente atingidos por alguma modalidade dela ou têm, em suas famílias e/ou em seu círculo de amizades, algum caso a relatar. Os sequestros são frequentes, como também o são homicídios, latrocínios, ameaças de morte, roubos, sendo a diferença entre furto e roubo a componente violência, contida neste último, enquanto no furto há somente a subtração de dinheiro e/ou outros objetos. As pessoas habituaram-se tanto com atos violentos que, quando alguém é assaltado e tem seu dinheiro e seus documentos furtados, dá-se graças a Deus pelo fato de a cidadã ou o cidadão ter saído ileso(o) da ocorrência. Assim, o entendimento popular da violência apoia-se num conceito, durante muito tempo, e ainda hoje, aceito como o verdadeiro e o único. Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. Observa-se que apenas a psíquica e

a moral situam-se fora do palpável. Ainda assim, caso a violência psíquica enlouqueça a vítima, como pode ocorrer – e ocorre com certa frequência, como resultado da prática da tortura por razões de ordem política ou de cárcere privado, isolando-se a vítima de qualquer comunicação via rádio ou televisão e de qualquer contato humano –, ela torna-se palpável. Como o ser humano é gregário, os efeitos do isolamento podem ser trágicos. Mesmo não se tratando de efeitos tangíveis, são passíveis de mensuração. Há escalas psiquiátricas e psicológicas destinadas a medir as probabilidades de vir a vítima a cometer suicídio, a praticar atos violentos contra outrem, considerando-se, aqui, até mesmo animais assassinados com crueldade.

A vítima de abusos físicos, psicológicos, morais e/ou sexuais é vista por cientistas como indivíduo com mais probabilidades de maltratar, sodomizar outros, enfim, de reproduzir, contra outros, as violências sofridas, do mesmo modo como se mostrar mais vulnerável às investidas sexuais ou violência física ou psíquica de outrem. Em pesquisa realizada em quase todas as capitais de estados, no Distrito Federal e em mais 20 cidades do estado de São Paulo, esta hipótese não foi provada. Nesta investigação sobre violência doméstica (SAFFIOTI, inédito), nenhuma informante, que fora vítima de abuso sexual de qualquer espécie, revelou tendência, seja de fazer outras vítimas, seja de maior vulnerabilidade a tentativas de abuso contra si mesma. Não se defende a postura de que abusos sexuais sejam inócuos, não provocando traumas de difícil cura. Ao contrário, em outra pesquisa, esta sobre abuso incestuoso, não se encontrou nenhuma vítima resiliente (SAFFIOTI, 1992). A resiliência constitui fenômeno muito raro. São resilientes pessoas capazes de viver terríveis dramas, sem, contudo, apresentarem um só indício de traumas, sendo, portanto, consideradas, por meio da aplicação de testes e da observação de sua conduta, absolutamente normais. Na mencionada pesquisa, assim como na vastíssima literatura especializada internacional, o abuso sexual, sobretudo incestuoso, deixa feridas na alma, que sangram, no início sem cessar, e, posteriormente,

sempre que uma situação ou um fato lembre o abuso sofrido. A magnitude do trauma não guarda proporcionalidade com relação ao abuso sofrido. Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito.

Dominaram o século XX dois pensamentos: o de Marx e o de Freud. Ambos, cada um a seu modo e em seu campo, questionaram agressivamente as sociedades em que viveram. Produziram ideias e análises, por conseguinte, subversivas, legando ambos às gerações posteriores patrimônios culturais até hoje valorizados. No caso de Freud, porém, uma parte desta herança tem produzido resultados extremamente deletérios às vítimas de abuso sexual, em especial do abuso incestuoso. Para Freud, e hoje para muitos de seus seguidores, os relatos das mulheres, que frequentavam seu consultório, sobre abusos sexuais contra elas perpetrados por seus pais eram fantasias derivadas do desejo de serem possuídas por eles, destronando, assim, suas mães. Na pesquisa realizada entre 1988 e 1992 (SAFFIOTI, 1992), não se encontrou um só caso de fantasia. A criança pode, e o faz, enfeitar o sucedido, mas sua base é real, isto é, foi, de fato, molestada por seu pai. Contudo, o escrito de Freud transformou-se em bíblia e a criança perdeu credibilidade. Trata-se, em sua maioria esmagadora, de mulheres, que representam cerca de 90% do universo de vítimas. Logo, os homens comparecem como vítimas em apenas 10% do total. De outra parte, as mulheres agressoras sexuais estão entre 1% e 3%, enquanto a presença masculina está entre 97% e 99%. Na pesquisa sobre abuso incestuoso, já referida, não se encontrou nenhum garoto como vítima. Por via de consequência, tampouco havia mulheres na condição de perpetradoras de abuso sexual. É preciso, contudo, pensar que pais vitimizam não apenas suas próprias filhas, como também seus filhos. Num país tão machista quanto o Brasil, este é um segredo muito bem guardado. Se a vizinhança souber, dirá que o destino da-

quele garoto está selado: será homossexual, na medida em que foi penetrado, fenômeno específico de mulher. Se o dado internacional é de 10% de meninos sexualmente vitimizados, pode-se concluir que, aqui, o fato ocorre, pelo menos, nesta proporção. O machismo, numa de suas facetas altamente negativas para os homens – e há muitas –, oculta estas ocorrências, em vez de fazer face a elas e implementar políticas que visem, no mínimo, a sua drástica redução. Retomando resultados da investigação mencionada, todos os agressores sexuais eram homens e, entre eles, 71,5% eram os próprios pais biológicos, vindo os padrastos em segundo lugar e bem distantes dos primeiros, ou seja, representando 11,1% do universo de agressores. Em pequenos percentuais, compareceram avós, tios, primos.

Como a pesquisa foi concluída em 1992, era pertinente levantar a hipótese de estes dados já não corresponderem à realidade atual. A pertinência da hipótese reside na mudança da composição das famílias. Dada a facilidade com que se desfazem as uniões conjugais – legais ou consensuais – e a mesma facilidade com que cada membro do casal reconstitui sua vida amorosa com outras pessoas, as famílias com padrastos (e madrastas) aumentaram em números absolutos e relativos. Nada mais justo, portanto, do que suspeitar que houvesse crescido o percentual de padrastos no universo do abuso incestuoso. Mais uma vez, os dados obtidos de casas-abrigo para vítimas de violência confirmaram os obtidos na investigação realizada entre 1988 e 1992. O pai continua a ser o grande vilão, devorando sua própria prole, constituindo este fato uma agravante tanto penal quanto psicológica.

O tabu do incesto

O pai biológico é o adulto masculino no qual a criança (menor de 18 anos) mais confia. Este fato responde pela magnitude e pela profundidade do trauma. Nas camadas mais bem aquinhoadas, social e economicamente falando, o abuso obe-

dece à receita da sedução: maior atenção para aquela filha, mais presentes, mais passeios, mais viagens etc. As técnicas são bastante sofisticadas, avançando lentamente nas carícias, que passam da ternura à lascívia. Muitas vezes e dependendo da idade da criança, esta nem sabe discernir entre um e outro tipo de carícia, sendo incapaz de localizar o momento da mudança. Como a sexualidade da mulher é difusa por todo o corpo e a sexualidade infantil não é genitalizada, as carícias percorrem toda a superfície de seu corpo, proporcionando prazer à vítima. Posteriormente, recorrendo o adulto a pomadas especiais, dilata o ânus e o reto da filha (ou filho), a fim de preparar o caminho da penetração anal, pois a oral já ocorrerá e também esta provocará prazer na menina. A prática da *cunnilingus* é relatada pelas meninas como muito prazerosa. Nem todas apreciam o *fellatio*. Acaba, no entanto, sendo uma unanimidade entre as vítimas, uma vez que obedece à lei da reciprocidade.

Depois de todos estes passos, que integram a iniciação da criança na sexualidade do adulto, vem a penetração vaginal. Alguns homens, assim que a menina tem sua menarca, ou primeira menstruação, controlam seu ciclo menstrual, só mantendo relações sexuais com ela nos períodos estéreis. Outros preferem administrar às filhas o anticoncepcional oral, cuidando para que elas o tomem todos os dias. Não se encontrou nenhum caso de gravidez de meninas pertencentes às classes médias altas, nas quais é comum o pai ter educação superior. Nas camadas social e economicamente desfavorecidas, o processo é rápido e brutal. O pai coloca um revólver, na mais fina das hipóteses, ou uma faca de cozinha junto à cama ou sobre ela, joga a menina sobre o leito, rasga-lhe as roupas e a estupra, ameaçando-a de morte, se gritar, ou ameaçando matar toda sua família, se abrir a boca para contar o sucedido a alguém. Não se pode negar que o pai instruído procede à iniciação sexual de sua filha de forma delicada, sem violência física ou ameaças neste sentido. Simplesmente, pede à menina para não contar a ninguém, especialmente a sua mãe, “justificando”

que esta sentiria ciúme, daí podendo derivar sérios conflitos. No caso do pai pobre e de baixa escolaridade, vai-se diretamente ao ato sexual, sem prolegômenos de nenhuma espécie: não há carícias, não há um avançar paulatino. Por estas razões, é brutal. Todavia, as consequências, para a vítima, são certamente opostas às esperadas pelo leitor.

Este poderia, acredita-se, imaginar uma associação positiva entre a brutalidade do pai na abordagem da menina ou menino das camadas sociais menos favorecidas e a profundidade do trauma causado em sua filha pelo estupro ou pela penetração anal, no caso do garoto. Um caso de abuso incestuoso, numa família pobre, mas não miserável, revelou que o marido de uma senhora, tendo esta levado para seu segundo casamento duas filhas de uma união anterior, foi capaz de estuprar, em ordem cronológica, a enteada mais velha, a enteada mais jovem, a própria filha. Em seguida, chegou a vez dos filhos. Fez penetração oral e anal no mais velho, no que sucedeu a este na ordem dos nascimentos, e, finalmente, no mais novo, que apresentava retardo mental, ou seja, agravante penal. Além de *cunnilingus*, *fellatio*, penetração anal e estupro, não se encontrou nenhum outro tipo de abuso nas camadas desfavorecidas. Em razão da sexualidade ser exercida de diferentes maneiras, segundo o momento histórico (a pederastia na antiga Atenas não era o mesmo que o homossexualismo de hoje), o tipo de sociedade, a classe social, a etnia, pode-se esperar que a abordagem “amorosa” no abuso sexual perpetrado pelo homem rude e sem instrução seja igualmente rude. E, de fato, é isto que ocorre. Entretanto, e felizmente, porque a pobreza atinge a maioria dos habitantes, esta “brutalidade” não produz traumas a ela proporcionais. Se assim não fora, haveria mais um item negativo a ser incluído na chamada cultura do pobre.

A menina pobre, sozinha em casa com seu pai, não tem a quem apelar. A presença da arma branca ou de fogo reitera permanentemente as ameaças verbais. Ela não tem escapatória. Entrar em luta corporal com seu pai só pioraria as coisas. Primeiro, não podendo medir forças com um homem adulto,

poderia sair muito ferida daquela situação. Segundo, e em última instância, poderia perder a vida nesta brincadeira de mau gosto. A rigor, não havia saída. Se não havia escapatória, ela é, indubitavelmente, vítima e como tal se concebe e define. Logo, não há razões para sentir-se culpada. As mulheres são treinadas para sentir culpa. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem numa civilização da culpa, para usar a linguagem de Ruth Benedict (1988). No caso aqui narrado, porém, talvez a menina ainda não houvesse introjetado a “necessidade” cristã de se culpabilizar. Ademais, salvou sua família da morte. Desta sorte, esta menina não se vê como culpada; vê-se como vítima. Entre as 63 vítimas estudadas, nenhuma delas, nas condições da descrita, se culpabilizou. Dadas as condições do estupro, 11 delas tiveram filhos dos próprios pais. Não é raro ouvir destes pais: “Dona, eu pus esta menina no mundo, eu criei ela, ela é minha. A senhora acha que vou entregar ela a qualquer um? Não, ela é minha. Só não sei como registrar a criança. Registra como filho ou como neto?”. Das mães, mas sem unanimidade, ouve-se: “Dona, se eu posso aguentar, por que ela não pode me ajudar a carregar este fardo?”. Esta resposta vem de mulheres socializadas para “sofrer” a relação sexual, destinada à procriação, não para dela desfrutar, não para dela extrair prazer, independentemente de ela resultar numa gravidez. Pensando deste modo, não se lastima por não haver sido capaz de proteger a filha das investidas sexuais de seu próprio pai. Mais do que isto, a relação sexual é, para ela, um fardo tão pesado, que necessita do auxílio da filha para carregá-lo vida afora. Outras mães tentam culpabilizar as filhas, pois, a seu ver, as meninas seduziram seus pais. Pode, portanto – e isto foi encontrado –, surgir o conflito entre mãe e filha; até mesmo a ruptura da relação. Todavia, a menina não se vê como culpada. Afinal, não foi ela que salvou toda sua família? Só se encontrou um caso de rejeição da criança por parte de sua jovem mãe. Em todos os demais, elas adoravam os filhos que tiveram como fruto de estupro incestuoso.

Houve uma que até fez o chá de bebê, quando estava no sétimo mês de gravidez. Elas recusaram ofertas de aborto. Não havia, naquela ocasião, hospitais que realizassem os chamados abortos legais. Legais, porque estavam previstos como atos não-criminosos, como continuam, aliás, no Código Penal em vigor, de 1940. Apenas sua parte geral sofreu alterações, a específica, não. Isto equivale a dizer que não houve nenhuma mudança nos tipos penais. Afirmou-se, anteriormente, que nas camadas sociais subprivilegiadas encontram-se *cunnilingus*, *fellatio*, penetração anal e estupro. Eventualmente, um pai mais “sensível” pode fazer certas carícias. A possibilidade está aberta, embora não se tenha nenhum caso para expor. A menção dos quatro atos sexualmente abusivos foi necessária em virtude de o Código Penal referir-se à relação sexual ocorrida no estupro com a expressão “conjunção carnal”, comum na época para designar penetração vaginal. Assim, é errôneo dizer-se que Pixote (quem não se lembra do filme?) foi estuprado. Como homens não têm vagina, as únicas penetrações que podem sofrer são a oral e a anal. Algumas feministas elaboraram uma proposta de reforma da parte específica do Código Penal, ampliando o conceito de estupro, que passaria a incluir os três tipos de penetração: oral, anal e vaginal⁴.

Retomando-se a comparação do abuso incestuoso entre pobres e entre ricos, para simplificar, há que dizer que, de outro lado, está a menina mimada, acariciada, pensando estar o pai

⁴ Nesta sessão, trabalhamos: uma representante do CFEMEA, grupo que atua junto ao legislativo federal nos assuntos pertinentes à causa feminista, a advogada Silvia Pimentel e eu, pelo fato de ter feito o curso de Direito e de, como socióloga, ter estudado o abuso sexual e o abuso incestuoso. Creio que solicitaram minha colaboração, sobretudo, pelo fato de que distingo incesto de abuso incestuoso, e uma das questões incidia exatamente na pergunta: deve-se ou não criminalizar o incesto? Fui e sou contra pelas razões que se seguem. Se um rapaz e uma moça, irmãos entre si, se apaixonarem um pelo outro, terão que enfrentar a reprovção quase unânime da sociedade por haverem violado um dos mais sérios tabus sociais. Se eles tiverem idades próximas, maioridade

apaixonado por ela e já não amando sua esposa. Vê sua mãe como sua competidora, sua rival, diante da qual ela, bem jovem, leva vantagens: sua beleza fresca é de lolita, sua pele não tem rugas e, portanto, é acetinada. Na medida em que sua mãe é considerada rival, não pode se inteirar dos fatos, que, em casos semelhantes a este, duram de sete a oito anos, podendo ir mais longe. Esta criança foi, cautelosa e gradativamente, introduzida nas artes do amor por seu próprio pai, provedor também de prazer sexual. Trata-se, por conseguinte, de um pai amado. Entretanto, há a outra face da moeda: como nunca reagiu contra as provocações de seu pai, como nem sequer soube identificar o momento da transformação da ternura em libidinagem, colaborou com o pai durante todo o processo. Ainda que, a rigor, não tenha nenhuma culpa, tampouco responsabilidade, não se vê como vítima, que realmente é, mas como copartícipe. Disto deriva uma profunda culpa. Embora não haja sido, em nenhum momento, cúmplice de seu pai, sente-se como tal e inimiga de sua mãe. Sua culpa é proporcional à delicadeza do processo de sedução utilizado por seu pai. Ela sente-se a sedutora. Logo, seu pai foi sua vítima. Obviamente, nenhuma das duas abordagens convém à criança. Em termos de danos psíquicos e distúrbios sexuais posteriormente manifestados, o abuso sexual via sedução é infinitamente pior que a brutalidade do pai menos instruído e menos maneiroso.

Isto é importante para que, mais uma vez, não se caracterize tudo que é mau como integrante da cultura do pobre. Fulano

e realmente se amarem, não me sinto, nem como profissional, nem como cidadã, no dever de defendê-los nem no de acusá-los. Sua relação é par, um não tendo poder sobre o outro; e sua vontade é convergente. Muito distinto disto é o abuso incestuoso: as idades são muito diferentes, o que traz consigo uma relação dispar, ou seja, atravessada pelo poder. As partes encontram-se em posições muito diversas, uma tendo autoridade sobre a outra, e não existe convergência de vontades. Países em que o incesto era considerado crime têm procedido no sentido de descriminá-lo. Para citar apenas alguns: Estados Unidos, muitos países europeus e latino-americanos. O Equador, que tem uma lei especificamente sobre violência doméstica, descriminou o incesto.

estuprou sua filha, espanca regularmente sua mulher? Isto ocorre nas favelas, nos cortiços, no meio pobre⁵, diz-se. No seio das camadas abastadas, forma-se uma cumplicidade dos membros da família, estabelecendo-se o sigilo em torno dos fatos. O nome da família não pode ter mácula. Conseguiu-se descobrir uma única família incestuosa. Chegou-se ao portão, mas não foi possível ultrapassá-lo. As informações disponíveis foram facilitadas à pesquisadora por uma amiga de uma das filhas. Esta filha sofria abusos sexuais de toda ordem, perpetrados por seu pai. Só confiou seu segredo a esta amiga. Embora não haja dito nada explicitamente, há indícios de que o pai abusava sexualmente de todos os filhos e filhas. Recebia-os, cada um de uma vez, em seu quarto, o que, por si só, é, no mínimo, estranho. Que o abuso ocorresse com todos os filhos e filhas constitui uma hipótese, não inteiramente infundada. A conspiração do silêncio, todavia, impediu a pesquisadora de estudar esta família.

O argumento de quem justifica, se não defende, a conduta de agressores sexuais reside no tipo de sexualidade masculina, di-

⁵ Uma orientanda minha, cuja tese está praticamente pronta para a defesa, tem, entre suas entrevistadas (todas de classe média alta e alta), a esposa de um juiz. Também em caso de violência doméstica, as mulheres mais bem aquinhoadas levam desvantagem. Em sua entrevista, a espancada observa: como posso denunciá-lo, se a investigação deveria ser realizada por profissionais que o respeitam muito (ele é respeitadíssimo na cidade em que atua como profissional e vive num município de cerca de 200 mil habitantes, na Bahia) e, em última instância, o caso seria julgado por um colega seu? Quando esta moça, que já havia feito mestrado, sob minha orientação, sobre violência contra mulheres das camadas sociais menos favorecidas, procurou-me dizendo desejar continuar com o mesmo tema, eu lhe disse que os pesquisadores adoram estudar pobres, porque é mais fácil, eles estão quase sempre abertos a falar sobre o assunto (no caso de violência doméstica, quem fala são as mulheres, os homens fogem; em minha pesquisa sobre abuso incestuoso, entrevistei vítimas, suas mães e outros parentes ou vizinhos conhecedores dos fatos; tentei arduamente entrevistar agressores, mas consegui falar com muito poucos e todos mentiram descaradamente), que o difícil é estudar os ricos, já que, para não ter seu *status* abalado, seu nome sujo, eles se fecham. Ela aceitou o desafio e, pelo que eu lhe disse e ela verificou, o título da tese é *O preço do silêncio*.

ferente da feminina. Afirmam que a sexualidade da mulher só aflora quando provocada, e vários são os meios de fazê-lo, o que é uma meia verdade. A mulher foi socializada para conduzir-se como caça, que espera o “ataque” do caçador. À medida, no entanto, que se liberta deste condicionamento, passa a tomar a iniciativa, seja no seio do casamento, seja quando deseja namorar um rapaz. Como o homem foi educado para ir à caça, para, na condição de macho, tomar sempre a iniciativa, tende a não ver com bons olhos a atitude de mulheres desinibidas, quer para tomar a dianteira no início do namoro, quer para provocar o homem na cama, visando a com ele manter uma relação sexual, salvo no seio de tribos da juventude, pelo menos das grandes cidades, em que isto é uma prática corrente. Os condicionamentos sociais induzem muitos a acreditar na incontrolabilidade da sexualidade masculina. Se assim fora, ter-se-iam relações sexuais, ou mesmo estupros, nas ruas, nos salões de dança, nos restaurantes, nos cafés etc. Obviamente, qualquer pessoa, seja homem ou mulher, pode controlar seu desejo, postergar sua concretização, esperar o momento e o local apropriados para a busca do prazer sexual. É evidente que a esmagadora maioria de homens e de mulheres atua desta maneira, mesmo porque a sociedade é regida por numerosas normas. Não se trata de leis como as da Física, que ocorrem inexoravelmente.

Quer Newton desejasse ou não que a maçã solta por ele caísse ao solo, ela cairia da mesma forma. As regras sociais são passíveis de transgressão e são efetivamente violadas. No caso em pauta, há o tabu do incesto, segundo Lévi-Strauss (1976), de caráter universal, embora o interdito não recaia sempre sobre as mesmas pessoas, quando se passa de uma sociedade a outra. A universalidade do tabu do incesto é contestada por Meillassoux (1975). O tabu em pauta significa uma interdição, um *não* à possibilidade socialmente não-aceita de certas pessoas se casarem entre si. Na sociedade ocidental moderna, o interdito recai sobre parentes consanguíneos ou afins. No caso específico do Brasil, o novo Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, afirma:

“Art. 1.521. Não podem casar:

- I – os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil;
- II – os afins em linha reta;
- III – o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante;
- IV – os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive;
- V – o adotado com o filho do adotante;
- VI – as pessoas casadas;
- VII – o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte”.

O projeto deste novo Código Civil tramitou no Congresso Nacional, muito lentamente, durante 26 anos, o que equivale a dizer que ele já nasceu desatualizado. Conservou o impedimento do matrimônio entre primos (parentes de terceiro grau), interdito cuja violação havia ocorrido milhares de vezes, sendo este tipo de união plenamente aceito pela sociedade. O tabu do incesto é inteiramente social, nada havendo nele de biológico. Como a sociedade brasileira perdeu, ao longo de sua história, os rituais de transmissão destas proibições, ela mesma criou as defesas sustentadoras do interdito. Trata-se de socializar as gerações imaturas na crença de que a prole de casais ligados entre si pelo parentesco apresenta anomalias de maior ou menor gravidade. As estatísticas existentes sobre más-formações fetais, mortes pré ou pós-natais não resistem à mais tênue crítica.

A história de outras sociedades constitui um recurso extraordinário em prol da natureza exclusivamente social do tabu do incesto. No Havaí, era prescrito, portanto mais que permitido, o casamento entre irmãos. O mesmo ocorria no Egito, primeiro no seio da realeza, disseminando-se posteriormente por toda a população. Os descendentes de irmãos casados entre si eram de muito boa qualidade, nem pior nem melhor que as populações nas quais o interdito recaía sobre irmãos. Todo interdito, ao mesmo tempo em que é um *não*, é

também um *sim*. Simplificando, se irmãs não são sexualmente disponíveis para seus irmãos, o são para aqueles que não são seus irmãos. Evidentemente, no caso brasileiro, ter-se-ia que excluir todas as classes de indivíduos sobre quem pesa o *não*, para afirmar-se que todos os demais são sexualmente disponíveis, ou seja, aqueles que carregam um *sim*. Isto equivale a dizer que, excluídas as classes de pessoas mencionadas no Código Civil, todas as demais mulheres são sexualmente disponíveis para quaisquer homens.

Não e *sim* residem no interior de todas as interdições. Para ilustrar de modo simples, pode-se tomar as leis de trânsito. Uma tabuleta mostra o símbolo de que caminhões *não* podem trafegar naquela via. O mesmo símbolo significa *sim* para todos os demais veículos. Se, todavia, o motorista de um caminhão passar por aquela rua, será negativamente sancionado pela sociedade. A pena poderá ser o pagamento de uma multa, pontos na carteira de habilitação etc. Quanto ao matrimônio, os que não podem se casar entre si podem infringir esta norma social. Como, no civil, o casamento será impossível, ele poderá concretizar-se pela união consensual, realizando-se ou não no religioso. Isto ocorre muito no Brasil, sobretudo nas áreas de difícil acesso, longe do poder constituído. Entretanto, não consta que tais populações apresentem, por exemplo, elevado percentual de indivíduos malformados. Então, para que conservar o tabu do incesto, cuja transgressão, sobretudo entre ascendentes e descendentes, é altamente reprovada pela sociedade, isto é, sancionada de forma muito negativa? Para que serve este tabu? O tabu do incesto apresenta alta relevância, pois é ele que revela a cada um seu lugar na família, em vários outros grupos, enfim, na sociedade em geral.

Gênero, raça/etnia, poder

Rigorosamente, a sociedade brasileira não tolera mesmo a união entre ascendentes e descendentes. Caso haja filhos desta união, as sanções negativas são ainda mais severas. Uma hipó-

tese bastante plausível pode ser levantada: a prole destes casais mostraria à sociedade que nenhum argumento biológico apresenta consistência. E a sociedade não pode abrir mão de argumentos desta ordem, na medida em que já não tem recursos para resgatar as antigas práticas de transmissão, sem questionamentos, do interdito. Isto posto, caberia uma pergunta: por que se curram, nos presídios, estupradores de qualquer mulher, em especial de crianças? Se toda interdição contém um *sim* e um *não*, é pertinente responder a esta indagação da seguinte maneira: a estuprada não era sexualmente disponível para o estuprador, pois, se o fora, não teria ocorrido o estupro. Mas por que não poderia sê-lo para os demais presos? Trata-se, por conseguinte, de invasão de território, procedimento muito pouco tolerado, especialmente por machões e bandidos.

Ecologistas falam bastante, e com pertinência, sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, da natureza. Não se ouvem, porém, ecologistas preocupados com a ecologia mental nem com a ecologia social. Guattari, num pequeno e primoroso livro (1990), trata da *ecosofia*, englobando este termo as três ecologias. Com efeito, supondo-se que o ser humano pudesse se abster de agredir a natureza, que sentido teria este fato, já que não se poderia desfrutar de uma ecologia mental, tampouco de uma ecologia social, num mundo penetrado pela corrupção, aí incluso o crime organizado, atravessado pela ambição desmedida, levando filhos a matarem seus pais, com requintes de crueldade, e vice-versa, invadido pelo ódio fundamentalista, disto decorrendo o terrorismo e as igualmente fundamentalistas reações a ele, enfim, num mundo cujos poros foram preenchidos por projetos de dominação-exploração de longuíssima duração, dos quais derivam a fome, o medo, a morte prematura, a ausência de solidariedade, a intolerância às diferenças? A este propósito, a resposta de homens negros ao racismo, mormente dos que conquistaram uma posição social e/ou econômica privilegiada, foi o casamento com mulheres loiras. Se eles são socialmente inferiores a elas em

razão da cor de sua pele e da textura de seus cabelos, elas são inferiores a eles na ordem patriarcal de gênero. Resultado: soma zero. Transformaram-se em iguais, nas suas diferenças, transformadas em desigualdades. Ocorre que isto tem consequências. Há um contingente de mulheres negras que não têm com quem se casar. Como os negros branqueados pelo dinheiro se casaram e ainda se casam com brancas, em função de uma equalização das discriminações sofridas, de um lado, pelos negros, de outro, pelas mulheres brancas, em função de seu sexo, não há como se estabelecer tal igualdade entre mulheres negras e homens brancos, pois estes são “superiores” pela cor de sua pele e pela textura de seus cabelos, sendo “superiores” também em razão de seu sexo. Na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual (SAFFIOTI, 1987). A demografia repercute estes eventos, formando-se nela um buraco: a ausência de homens para mulheres negras casadouras.

Há mais um buraco demográfico a ser sentido e deplorado crescentemente. Nas guerras entre gangues do narcotráfico, na delinquência em geral, nos entreveros com a polícia, morrem muito mais jovens de 17 a 25 anos que adultos. Que futuro, em termos matrimoniais, terão as adolescentes de hoje, uma vez que as mulheres costumam casar-se com homens mais velhos? Ou se inverte a situação, com o processo já em curso de casamentos entre homens jovens com mulheres bem mais velhas e poderosas, ou estas jovens conformam-se com sua condição de população casadoura excedente. No fundo, parece que ambos, homens e mulheres, casam-se com o poder. Se esta hipótese for verdadeira, é possível encontrar o homem-ser-humano e a mulher-ser-humano em meio a tanto poder?

Do ângulo da sexualidade, os homens deveriam, nos casamentos, ter idade inferior à das mulheres, uma vez que estas podem ter vida sexual ativa enquanto durar sua própria vida, contando o homem com um tempo limitado. Aliás, quanto à

sexualidade, as mulheres levam uma série de vantagens comparativamente aos homens. As mulheres, como não têm *phallus*⁶, têm sua sexualidade difusa por todo o corpo. Assim, falar em zonas erógenas para as mulheres não é correto, pois todo seu corpo o é. Poder-se-ia também afirmar que o corpo das mulheres é inteiramente amor, na medida em que erógeno deriva de Eros, deus do amor, na mitologia grega. Enquanto muitas mulheres são multiorgásmicas, nos homens este fenômeno não ocorre. Embora raro, o priapismo⁷, visto como uma superioridade dos machos, na verdade não chega a ser nem sequer uma vantagem. Se esta existir, pertence às mulheres vinculadas a homens priápicos. Mais ainda, o prazer do orgasmo é registrado em apenas um ponto do cérebro masculino, ou seja, o *septum*. Nas mulheres, são três os pontos em que este registro ocorre: *septum*, *hipotálamo* e *amígdala*⁸. Dir-se-ia que as mulheres desfrutam da triplicação do prazer do orgasmo. Ademais, as mulheres, quando férteis⁹, são capazes de conceber, enquanto aos homens só resta invejá-las. Aliás, na obra de Freud, a inveja do pênis, alimentada por mulheres, porque este órgão representa poder, assim como a inveja da maternidade são conceitos que gozam do mesmo estatuto teórico. Todavia, fala-se e escreve-se muito mais sobre o primeiro que sobre o segundo. Se Freud foi o maior misógino da história da humanidade, e o foi, seus seguidores o imitaram/imitam, de-

⁶ *Phallus* significa poder, sendo representado pelo pênis.

⁷ Priapismo consiste numa ereção dolorosa e permanente, não acompanhada de desejo sexual.

⁸ Não se trata das amígdalas da garganta, mas de uma porção do cérebro.

⁹ Há mais homens estéreis que mulheres. O sexismo, contudo, trata de ocultar este fato, sendo responsável pela suspeita de que sempre se pode imputar a esterilidade a elas. Tanto assim é que, nos casais sem filhos, é sempre a mulher que se submete a exames de fertilidade. Só depois que esta fica provada, o homem se dispõe a procurar um andrologista ou urologista. Comprovada a esterilidade masculina, em geral, a mulher é proibida de divulgar este resultado. A falha, no homem, deve continuar oculta. Isto é puro machismo, porquanto a esterilidade não impede o homem de ter excelente desempenho sexual. Como todo preconceito, este também é baseado na ignorância.

monstrando fidelidade até neste ponto. A inveja da maternidade é tão vigorosa que homens sexualmente impotentes pagam um preço mais alto a prostitutas grávidas, somente para conversar com elas e alisar-lhes a barriga. Contudo, a inveja da maternidade quase não se apresenta em livros e em artigos, vive na obscuridade.

Não foi gratuita a alta consideração devotada às mulheres por parte dos homens, quando ainda não se conhecia a participação masculina no ato da fecundação. Capazes de engendrar uma nova vida, de produzir todos os nutrientes necessários ao desenvolvimento dos fetos e, ainda, de fabricar internamente leite para alimentar os bebês, eram consideradas seres poderosos, mágicos, quase divinos. Caíram do pedestal, quando se tomou conhecimento da imprescindível, mesmo que efêmera, colaboração masculina no engendramento de uma nova vida, mas persistiu a inveja de dar à luz novas criaturas. No fundo, os homens sabem que o organismo feminino é mais diferenciado que o masculino, mais forte, embora tendo menor força física, capaz de suportar até mesmo as violências por eles perpetradas. Não ignoram a capacidade das mulheres de suportar sofrimentos de ordem psicológica, de modo invejável. Talvez por estas razões tenham necessidade de mostrar sua “superioridade”, denotando, assim, sua inferioridade.

A gíria, permeada desta ideologia sexista, revela bem isto. A genitália feminina apresenta muito mais semelhança com uma boca que a masculina. Como na ideologia está presente, necessariamente, a inversão dos fenômenos, é muito frequente homens se vangloriarem de haver “comido” fulana, beltrana, cicrana. Ora, a conformação da vulva e da vagina permite-lhes “comer”. Por que existe o mito da vagina dentada? Por que há muitos homens, se não todos, com medo de ter seus pênis decepados por esta vagina devoradora? Por que sentem medo exatamente no momento do orgasmo feminino, quando os músculos da vagina se contraem num movimento que parece visar ao aprisionamento? Então, na gíria machista, quem “come” quem? Todos os elementos foram oferecidos ao leitor,

a fim de que ele possa responder a esta questão. Mais do que isto, tais elementos convidam os leitores a uma reflexão, visando a conhecer-se melhor e, talvez assim, poderem conviver mais prazerosamente com suas parceiras. Mas também se oferecem elementos à reflexão das leitoras. Elas poderão contar aos homens que a revelação de suas fraquezas os tornará mais fortes, mais sensíveis, mais amorosos. Desta forma, eles poderão perder o medo, fator que concorre para a transformação da agressividade, uma força propulsora muito positiva, em agressão, ato tão destrutivo – e autodestrutivo – quanto devastador. Além disto, como se acredita que o empobrecimento da sexualidade masculina foi historicamente produzido, tanto o homem quanto a mulher podem trabalhar no sentido da recuperação de uma sexualidade mais rica, espalhada por todo o corpo, abrindo ele mão de seu poder em face das mulheres à medida que o pênis perde importância, ou seja, que sua sexualidade deixa de se concentrar neste órgão. Nem homens nem mulheres têm qualquer coisa a perder com experiências deste tipo. Têm, de outra parte, muito a ganhar, caso o resgate da sexualidade masculina seja completo.

A ilustração, feita por meio da gíria, a propósito de uma ideologia sexista que esconde uma desvantagem masculina, transformando-a em vantagem, servirá para mostrar que, em toda ideologia, seja machista, seja étnico-racial, ou ainda de classe social, está sempre presente a inversão do fenômeno. Isto não é apenas um detalhe, mas o núcleo duro da ideologia. Portanto, é interessante retê-lo, uma vez que todos os membros de uma sociedade como a brasileira convivem com tais falácias, acreditando nelas como verdades. Mais do que isto, cada um a sua maneira é portador destas ideologias.

Obviamente, os homens gostam de ideologias machistas, sem sequer ter noção do que seja uma ideologia. Mas eles não estão sozinhos. Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes

de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas. E o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres. Então, poder-se-ia perguntar: o machismo favorece sempre os homens? Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações. O saldo negativo maior é das mulheres, o que não deve obnubilar a inteligência daqueles que se interessam pelo assunto da democracia. As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem. Isto constitui a raiz de muitos fenômenos, dentre os quais se pode realçar o fato de seguros de automóveis exclusivamente dirigidos por mulheres custarem menos, porque, em geral, elas não usam o carro como arma, correm menos e são mais prudentes.

Mas há um sem-número de fatores prejudiciais aos homens. Para ilustrar, toma-se a situação empregatícia no Brasil atual, sob pena de reiteração. Há cidades, como São Paulo, em que a taxa de desemprego já ultrapassou, em certo momento, os 20% da força de trabalho. Além de se tratar de uma proporção insustentável, há muito desemprego de longa duração. Isto repercute em toda a população, de forma negativa. Os homens, contudo, são os mais afetados, na medida em que sempre lhes coube prover as necessidades materiais da família. E este papel de provedor constitui o elemento de maior peso na definição da virilidade. Homens que experimentam o desemprego por muito tempo são tomados por um profundo sentimento de impotência, pois não há o que eles possam fazer. Além de o sentimento de impotência ser gerador de violência, pode resultar também em impotência sexual. Há homens que verbalizam preferir morrer a ficar sexualmente impotentes. Nem neste caso se permite ao homem chorar. Isto consiste numa

“amputação”, pois há emoções e sentimentos capazes de se expressar somente pelo choro. Pesquisas já demonstraram (CHOMBART DE LAUWE, 1964) que glândulas lacrimais de homens sofrem o processo de atrofia, por desuso.

Se uma mulher for abordada por um homem seja para sair, seja para dançar, ela pode recusar, pois o jogo é o da caça e do caçador. Se, entretanto, um homem for abordado por uma mulher com as mesmas intenções, e ele não se interessar por ela, recusando o convite, imediatamente é alcunhado de “maricas”. Pensando numa situação mais séria, mas não incomum, rapaz e moça num motel, e ele, por estar estressado, excessivamente cansado, triste em virtude de um evento qualquer, não conseguir ter uma ereção duradoura, sente-se coberto de vergonha. Mesmo que a moça seja compreensiva e lhe diga que isto ocorre com todos os homens, o aborrecimento do rapaz é enorme. Por quê? Porque homem não falha, ou melhor, não tem o direito de falhar numa situação como a figurada, já que representa a força, quase a perfeição. Não é fácil ser homem. Se há uma tarefa perigosa a ser realizada, por um grupo sexualmente misto, é sempre um homem o escolhido para fazê-la. Se tiver bom gosto seja para se vestir, seja para decorar sua casa, não é verdadeiramente homem, fica no limbo dos prováveis homossexuais. Se é sensível, é efeminado.

Esta situação não é conveniente nem para homens nem para mulheres. Segundo Jung (1992), tanto homens quanto mulheres são dotados de *animus* e *anima*, sendo o primeiro o princípio masculino e a segunda, o princípio feminino. O ideal seria que ambos fossem igualmente desenvolvidos, pois isto resultaria em seres humanos bem equilibrados. Todavia, a sociedade estimula o homem a desenvolver seu *animus*, desencorajando-o a desenvolver sua *anima*, procedendo de maneira exatamente inversa com a mulher. Disto decorrem, de uma parte, homens prontos a transformar a agressividade em agressão; e mulheres, de outra parte, sensíveis, mas frágeis para enfrentar a vida competitiva. O desequilíbrio reside justamente num *animus* atrofiado nas mulheres e numa *anima* igualmente pouco

desenvolvida nos homens. Sendo o núcleo central de *animus* o *poder*, tem-se, no terreno político, homens aptos ao seu desempenho, e mulheres não-treinadas para exercê-lo. Ou seja, o patriarcado, quando se trata da coletividade, apoia-se neste desequilíbrio resultante de um desenvolvimento desigual de *animus* e de *anima* e, simultaneamente, o produz. Como todas as pessoas são a história de suas relações sociais, pode-se afirmar, da perspectiva sociológica, que a implantação lenta e gradual da primazia masculina produziu o desequilíbrio entre *animus* e *anima* em homens e em mulheres, assim como resultou deste desequilíbrio.

Ora, a democracia exige igualdade social. Isto não significa que todos os *socii*, membros da sociedade, devam ser iguais. Há uma grande confusão entre conceitos como: igualdade, diferença, desigualdade, identidade. Habitualmente, à diferença contrapõe-se a igualdade. Considera-se, aqui, errônea esta concepção. O par da diferença é a identidade. Já a igualdade, conceito de ordem política, faz par com a desigualdade. As identidades, como também as diferenças, são bem-vindas. Numa sociedade multicultural, nem deveria ser de outra forma. Lamentavelmente, porém, em função de não se haver alcançado o desejável grau de democracia, há uma intolerância muito grande em relação às diferenças. O mais preocupante são as gerações mais jovens, cujos atos de crueldade para com índios, sem teto, homossexuais revelam mais do que intolerância; demonstram rejeição profunda dos não-idênticos. As desigualdades constituem fontes de conflitos, em especial quando tão abissais como no Brasil. Em casos como este, e eles existem também em outras sociedades, as desigualdades traduzem verdadeiras contradições, cuja superação só é possível quando a sociedade alcança um outro estado, negando, *de facto* e *de jure*, o *status quo*. Neste estágio superior, não haverá mais as contradições presentes no momento atual. No entanto, podem surgir outras no processo do devir histórico. Numa sociedade como a brasileira, com clivagens de gênero, de distintas raças/etnias em interação e de classes sociais, o pensa-

mento, refletindo estas subestruturas antagônicas, é sempre parcial. O próximo capítulo focalizará exatamente o conhecimento, em sua condição de social. Em outros termos, todo conhecimento é social.

A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES é uma prática antiga e muito presente na sociedade humana.

Ao mesmo tempo, continua sendo um tema oculto, muitas vezes tratado como tabu. Além disso, o estudo deste grave problema social e de suas relações com os conceitos de gênero, etnia/raça e classes sociais é ainda recente.

Gênero, patriarcado, violência analisa esta realidade, utilizando o conceito de patriarcado como elemento central para esclarecer o debate e abrir novas perspectivas de entendimento da questão.

A socióloga Heleieth Saffioti, uma das mais respeitadas estudiosas do assunto, nos proporciona um olhar instigante sobre a violência contra mulheres, mostrando como ela espelha também a opressão masculina. Além disso, o livro esclarece de modo didático conceitos como gênero, patriarcado, poder, raça/etnia, exploração-dominação, igualdade, identidade, democracia etc., e suas inter-relações.